

A nova política de defesa dos EUA sob o comando de Donald Trump

E o novo paradigma da prestação de serviços de defesa

Reis Friede *

Muito se tem questionado a respeito de como foi possível a vitória eleitoral de Donald Trump sobre sua rival (e amplamente favorita candidata do Partido Democrata) Hillary Clinton.

A primeira, e mais importante, explicação reside no fato de que, embora não deveriam, a grande maioria dos jornalistas especializados na cobertura eleitoral norte-americana confundiram suas *preferências pessoais* com a *análise isenta* que estavam, por dever de ofício, obrigados a realizar, comprometendo o ofício jornalístico *imparcial e impessoal* dos fatos¹ e, mais do que isso, revelando as (muitas vezes) inconfessáveis diferenças entre as denominadas *opinião pública* e *opinião do público*.²

A segunda, e não menos importante, explicação repousa no reconhecimento de que o *modelo de globalização*, resultante do pós-guerra, atingiu o seu completo exaurimento, assim como a sua correspondente política de defesa, conduzida pela potência estadunidense e ainda ancorada em arcaicos postulados da Guerra Fria, igualmente atingiu seu *esgotamento*, o que foi muito bem captado pela equipe de Donald Trump.

Destarte, não há como deixar de reconhecer que um novo paradigma nas relações internacionais se impôs à revelia da visão míope e distorcida de Barack Obama, que, neste contexto analítico, sempre transpareceu, durante os oito anos de seu mandato presidencial, desejar ressuscitar (ainda que inconscientemente) os postulados fundamentais de um período já completamente ultrapassado.³

A verdade é que a *realidade da geopolítica global* se afirmou por si mesma, sepultando, em definitivo, antigas e ultrapassadas crenças sobre as quais a Administração Obama insistia em se apoiar, através de sua dissonante política externa, notadamente em suas (desastrosas) relações com os russos e chineses.

A própria arquitetura da OTAN, concebida nos primórdios da Guerra Fria e simplesmente relegada a uma simplória (e persistente) *continuidade temporal*, não contou com a necessária flexibilidade para se reinventar, mesmo após o colapso da União Soviética e o fim daquele marcante período histórico. Muito ao contrário, — e em absoluto descompasso com a dinâmica dos novos

* Desembargador federal vice-presidente do TRF/2ª Região, professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e professor *honoris causa* da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR).

tempos —, a maior Aliança Militar do planeta continuou o seu equivocado processo de expansão sobre o leste do Continente Europeu, incorporando, inclusive e à revelia dos acordos informais que foram celebrados com antiga potência rival, os velhos adversários integrantes do Pacto de Varsóvia, ignorando, de forma, no mínimo, negligente e irresponsável, os novos *desafios transnacionais*, concebidos, em última análise, pelo *jihadismo islâmico radical* e materializados por intermédio das chamadas *guerras irregulares de quarta geração*, o que, a toda evidência, restou muito bem comprovado pelo relativo insucesso da OTAN na guerra do Afeganistão.

Nesse contexto, não há como deixar de reconhecer que a nova política de defesa dos EUA, sob a inovadora administração Trump, necessariamente revolucionará, por absoluta imposição dos fatos, as relações da *maior potência econômica e militar* do planeta com seus aliados, impondo aos mesmos (ainda que com algum atraso) a nova realidade inaugurada com o advento do século XXI, além de também passar a considerar, com renovado realismo, o novo desenho geopolítico mundial, levando em consideração a *ascensão econômica e militar* das novas potências emergentes (e seu correspondente “peso geopolítico”) *vis-à-vis* o ocaso das outrora potências tradicionais.

Neste diapasão analítico, a principal novidade que se desenha no horizonte será tornar mais evidente a todos os principais atores globais e, em especial, aos aliados dos EUA, o incontestado fato de que os mesmos dependem muito mais das diversas alianças militares e dos dispendiosos sistemas defensivos existentes do que vice-versa, na

exata medida em que a concepção *ortodoxa* de *deterrência estratégica* estadunidense encontra-se muito bem consolidada (independentemente de seu vasto arsenal nuclear de alcance global) através de seu extraordinário *poderio convencional* de alta tecnologia, — seja na modalidade *contensiva* (de guerra *preventiva* ou *reativa*), ou em sua forma *dissuasiva* —, conforme efetivamente se comprovou na Primeira Guerra do Golfo em 1991.

Nesse compasso, vale lembrar que, se no passado a realidade da Guerra Fria impunha os interesses convergentes de defesa coletiva contra o potencial (e comum) agressor soviético, fazendo com que uma aliança militar (ampla) interessasse ser financiada preponderantemente pelos norte-americanos (até mesmo em função de seu peso econômico relativo), a nova realidade do século XXI permite concluir, ao reverso, que os tradicionais aliados do passado necessitam muito mais da assistência militar estadunidense, para suas específicas e peculiares demandas de defesa no presente, do que o mesmo necessita de seus aliados para tanto, inaugurando, desta feita, uma nova (e inédita) noção de “prestação de serviço de defesa” (independentemente do *nome* ou *designação técnica* que venha a ser utilizada), através de uma correspondente (e obrigatória) contrapartida “remuneratória”, a exemplo de qualquer outra forma convencional de prestação de serviços internacionais.

Não obstante as primeiras declarações de Trump no sentido de que o Japão, a Coreia do Sul e os demais aliados dos EUA deveriam desenvolver uma força militar própria e suficientemente poderosa, inclusive com o desenvolvimento de *arsenais nucleares*

próprios, resta evidente que tal estratégia não interessa, em nenhuma hipótese, à segurança nacional estadunidense, posto que uma *expansão proliferativa dos arsenais nucleares*, em escala global, representaria romper não somente com um dos pilares em que se assenta a superioridade militar (relativa) dos EUA, como ainda tornaria muito mais frágil a segurança internacional com consequências impensáveis, ao mesmo tempo em que, de outra parte, não seria minimamente vantajosa, sob a ótica econômica, aos atuais aliados norte-americanos, construir grandes, complexas e dispendiosas *estruturas defensivas*, quando poderiam simplesmente *pagar* (através de novos mecanismos de gerenciamento de custos) por estes mesmos serviços, particularmente se considerarmos que os EUA detém, em grande medida, os meios militares adequados (e plenamente operacionais e corretamente alocados) para garantir as suas respectivas necessidades de defesa a curto, médio e longo prazos.

Ainda que a ideia de melhor compartilhar os elevados custos de manutenção das diversas alianças militares e, particularmente, as despesas com o estacionamento de tropas (e equipamentos) norte-americanas em países da OTAN (assim como na Coreia do Sul e em tantos outros aliados ocidentais) não se constitua propriamente em uma novidade — uma vez que tais reivindicações já existiam desde a década de 70 e, particularmente, na era Reagan (1981-88) —, a noção inovadora (e específica) de “contrapartida financeira *por prestação de serviços de segurança*” representa um incontestável *marco* nos acordos coletivos de defesa, inaugurando uma nova era nas antigas relações de alianças defensivas.

Trata-se, portanto, de um novo *paradigma* nas relações dos EUA com seus aliados, reafirmando, em grande medida, a máxima de Foster Dulles [secretário de Estado de Eisenhower (1953-59)], segundo a qual “os EUA não tem amigos, e sim interesses”. Na prática, isso significa romper com o *modelo atual*, em que praticamente os EUA financiam a quase totalidade dos custos relativos à defesa coletiva de seus aliados (no caso da OTAN, 72% dos custos totais, em contraposição à Alemanha, quarta maior potência econômica do planeta, com 4,5%), para *inaugurar uma nova forma de se relacionar com os atuais* (e também possíveis novos) *aliados*, fazendo-os suportar (efetiva e não apenas simbolicamente) os encargos econômicos, pagando, em última análise, pelo “guarda-chuva militar” que direta ou indiretamente os protege bem como custeando as *esquadras* (e as correspondentes *forças-tarefas*) que protegem as vias de navegação em todo o mundo e que, na ampla maioria dos casos, transcendem em muito os exclusivos interesses norte-americanos, embora seus custos sejam suportados quase que unicamente pelos contribuintes estadunidenses.

Nesse sentido, afiguram-se como exemplos marcantes a 5ª Esquadra, com sede no Bahrein, que assegura o fluxo do petróleo árabe (e do livre-comércio) para a Europa e outros países, através do Golfo Pérsico, Mar Vermelho e Mar da Arábia (incluindo toda a Costa Leste da África até o sul do Quênia), inclusive com patrulhas contra a *pirataria* em alto-mar nas proximidades do “Chifre da África”, com reforço da 6ª Esquadra, sediada no Mediterrâneo (com base em

Nápoles, na Itália), ou a 7ª Esquadra (e seus desdobramentos), com sede em Yokosuka, no Japão, que igualmente o faz na região do Oceano Índico e oeste do Oceano Pacífico, que desempenham serviços essenciais de defesa de interesses vitais *multilaterais* que, por absoluta e insustentável incoerência do atual modelo, não são financiados pelos seus maiores beneficiários, sejam os ricos países árabes exportadores de petróleo (como a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos, o Catar, o Kuwait, Omã etc.), sejam os diversos países europeus e asiáticos que necessitam, muito mais do que os americanos, da manutenção (livre) das vias marítimas para o transporte do óleo do Oriente Médio e do Norte da África ou que também precisam, com muito maior intensidade, ver assegurada a liberdade de navegação para a entrega (exportação) de seus produtos manufaturados para esses mesmos países.

No Extremo Oriente, os diversos (e custosos) compromissos militares norte-americanos, celebrados em sua maioria através de acordos bilaterais, com a Coreia do Sul (onde se encontram 28.500 efetivos e a sede da 7ª Força Aérea, com esquadras aéreas dotadas com 40 F-16 C/D Fighting Falcon e 24 A-10 C Thunderbolt II, além de aviões U-2S, estacionados em duas bases aéreas — Osan e Kunsam), Japão (com 50.000 efetivos e sede da 5ª Força Aérea, com 22 F-16 C/D Fighting Falcon; 27 F-15 C/D Eagle; 15 KC-135R Stratotanker; 2 E-3B Sentry; 10 C-130H Hercules; 10 MC-130 J/H; além de outras aeronaves, organizadas em duas bases aéreas) e Formosa — sem aludir a outros países desprovidos de maiores potenciais econômicos, como as Filipinas —,

simplesmente são suportados quase à exclusividade pelo contribuinte norte-americano, ao arrepio do fato de estarmos diante de países extremamente prósperos, com ênfase no Japão, que se constitui na terceira potência econômica do mundo e que continua a dispor de um texto constitucional, fruto de contingências históricas do pós-guerra, que o coloca na cômoda posição de permanente usufrutuário do complexo (e extremamente oneroso) sistema defensivo estadunidense, sem praticamente nada contribuir, de substancial, em necessária contrapartida.⁴

Resta lembrar, por oportuno, que o presidente Donald Trump é reconhecida-mente um hábil negociador e, certamente, será um excepcional condutor para a efetiva implantação de uma nova (e necessária) política de defesa dos EUA, que, acima de tudo, venha a considerar (preponderantemente) os interesses estadunidenses no contexto de uma *nova realidade de poder global*, em que a Rússia (a segunda potência militar do planeta)⁵ e a China (a terceira potência militar e a segunda economia do mundo) deixem de ser as antigas adversárias da era da Guerra Fria (que já se encerrou) para ser as principais parceiras — ante o reconhecido ocaso da Europa e do correspondente declínio de postura militar dos aliados tradicionais do passado —, no contexto do novo conflito mundial contra o *terrorismo contemporâneo*, de abrangência global, fundado no *jiadismo islâmico radical*, de feição transnacional (que se sustenta na heterodoxia das novas formas de guerra irregular de 4ª Geração) e que cada vez mais se afirma como o novo (e extraordinário) *desafio global* a ser superado pelo amplificado conceito de civilização ociden-

tal, agora a incluir os antigos adversários do passado, no Continente Eurasiano e na Ásia Oriental.

A palavra-chave, por conseguinte, é *redefinição* (de rumos), afigurando-se como uma necessária e imperiosa *alteração*, de cunho político-estratégico, dos fundamentos (e da própria *gramática geopolítica e polemológica*) em que se assentam as relações dos EUA com seus aliados tradicionais (assim como com o mundo em geral), em favor da defesa intransigente da absoluta primazia dos interesses estadunidenses, por intermédio do inevitável reconhecimento da nova realidade mundial.

Não se trata, todavia, como possa parecer à primeira vista, de um *recuo* quanto ao *protagonismo* norte-americano ou, em termos mais radicais, de um atestado de óbito para a Aliança Atlântica; mas, em sentido diametralmente oposto, de uma autêntica *renascença nacional* (semelhante àquela engendrada por Reagan e que conduziu à vitória dos EUA na Guerra Fria) através da *reconstrução* das bases da política de defesa dos EUA. É, portanto, ao contrário do que vêm afirmando alguns críticos (e mesmo detratores de Trump), uma genuína retomada da *liderança* (e de prestígio) estadunidense⁶ no mundo em bases *atualizadas* e, sobretudo em harmoniosa *simetria* com a realidade do século XXI.

O mundo definitivamente mudou, e não há mais como os EUA sustentarem sua política de defesa em ultrapassados postulados da Guerra Fria, que desconhecem a nova concepção geopolítica dos poderes estabelecidos e emergentes e sua correspondente *arquitetura*. Há, portanto, a necessidade de se reconhecer a existência (impositiva) de um novo tabuleiro geopolítico, em que a China passou a ser um *poder central emergente*, a Rússia, um *poder circunspecto estabelecido* (desejosa de ver respeitados os acordos celebrados no âmbito da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa – OSCE, quanto ao território de ex-repúblicas soviéticas),⁷ a Índia, um *poder circunspecto emergente*, e os aliados tradicionais, representados pela Alemanha, Japão, França e Reino Unido, apenas *poderes insulares estabelecidos*, ainda que o primeiro, com *viés ascendente*, o segundo, com *viés incerto*, e apenas os dois últimos, com *viés declinante*.

Donald Trump chegou, portanto, em um momento histórico e, ao que tudo indica, com a plena capacidade de *reinaugurar* o novo *protagonismo* norte-americano — fundado em novas bases e através de uma renomada *liderança* — no contexto do especial espectro da realidade das guerras *irregulares* de concepção *heterodoxa* contra o *jihadismo islâmico radical*, inerentes ao século XXI. 🌐

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ O ofício jornalístico, em especial nos países considerados desenvolvidos e democráticos (uma vez que não há como se falar em verdadeira imprensa em nações subdesenvolvidas e autoritárias), tem-se mostrado, cada vez mais, comprometido; seja pela deficiência em relação a proceder a uma correta leitura da conjuntura, seja pelo crescente distanciamento da necessária isenção político-ideológica que caracteriza

o trabalho de quem tem, por obrigação laboral, o dever único e exclusivo de informar os acontecimentos, e não de buscar, pelas mais diversas razões, influenciar os mesmos. Não há qualquer dúvida de que uma imprensa livre é essencial ao Estado Democrático. Todavia, a desinformação produzida por uma mídia pouco comprometida com seu mister tem conduzido a um elevado e preocupante grau de descrédito de uma das instituições mais importantes da democracia. Os equívocos na cobertura jornalística da eleição de Donald Trump, bem como da saída do Reino Unido da União Europeia (BREXIT) e da rejeição popular colombiana quanto aos acordos de paz com as FARC, refletem, em grande medida, uma perigosa tentativa de imposição, pela imprensa, de uma narrativa própria, divorciada da realidade (e, mais do que isto, de condenável imposição de valores morais), que não traduz seus verdadeiros objetivos, comprometendo a própria razão da existência da mesma. O dever de informar vai muito além de uma simples obrigação. Trata-se, sobretudo, de um compromisso nitidamente ético e, nesse sentido, verdadeiramente inalienável. A crise que se abate sobre tão importante instituição, portanto, é um claro sinal de que algo deve ser feito. No mínimo, uma autoanálise crítica e talvez, até mesmo, com a expulsão do seio jornalístico dos profissionais que não estejam comprometidos com a razão última de sua própria existência: informar, com isenção, imparcialidade e impessoalidade. A força da imprensa encontra-se nesse tripé e não em sua suposta (e indevida) capacidade de influenciar acontecimentos.

- ² *Opinião pública, opinião do público e opinião popular.* É importante diferenciar as expressões *opinião pública* e *opinião do público*, visto que uma não se confunde com a outra, embora seja corrente, na linguística popular, a pseudo-sinonímia entre ambas. Em essência, a primeira reflete a opinião publicada, divulgada e, portanto, formal, manipulada (ou, no mínimo, manipulável) por sua própria característica formalizante e continental. A segunda, ao contrário, possui o conteúdo (e não apenas o continente ou o envoltório da forma), a substância e, por que não dizer, o mérito do substrato último da genuína opinião, ainda que oculta, por não manifesta (e, por esta específica razão, não passível de qualquer tipo de distorção ou mesmo manipulação). A opinião do público é, nesse aspecto, a opinião do povo (transcendendo o simples conceito de opinião popular), diferentemente da opinião pública que, na maioria dos casos, é simplesmente a opinião de alguém ou de algum setor da sociedade, em particular, interessado, única e exclusivamente, em legitimar (ou mesmo mascarar) a sua opinião específica, por meio da divulgação e, conseqüentemente, formalização (manipulada e distorcida) da opinião do público.

Aliás, nesse contexto analítico, nunca é demais lembrar a visão de WEBER, segundo a qual, repetir a mentira por diversas vezes resulta em transformá-la em verdade, o que bem reflete a concepção da formação da opinião pública pelos meios de comunicação de massa, mormente nos países cujo regime político democrático é meramente formal. Neste sentido, merece ser transcrito o apelo de Josemaría Escrivá em defesa do maior grau de responsabilidade dos homens à frente dos meios de comunicação, *verbis*: “Peço a vocês que difundam o amor ao bom jornalismo, que é aquele que não se contenta com rumores infundados, com boatos inventados por imaginações febris. Informem com fatos, com resultados, sem julgar intenções, mantendo a legítima diversidade de opiniões, num plano equânime, sem descer ao ataque pessoal. É difícil que haja verdadeira convivência onde falta verdadeira informação; e a informação verdadeira é aquela que não tem medo da verdade e que não se deixa levar por desejos de subir, de falso prestígio ou de vantagens econômicas”.

- ³ Cf. FRIEDE, Reis. **Ressuscitar a Guerra Fria: “Yes, We Can!”**, artigo que publiquei em 27/05/2016 no site “Defesanet”, e vai abaixo transcrito nesta nota:

O candidato Barack Obama forjou, durante sua campanha eleitoral, um dos mais espetaculares *slogans* que, de forma simples e objetiva, preconizou a efetiva possibilidade de se proceder a radicais mudanças nos rumos da política externa dos EUA.

Não obstante toda sorte de naturais desconfianças quanto à capacidade de fazer cumprir suas aparentemente utópicas promessas de campanha, é cediço concluir que, após a reiteração da força daquele “grito de esperança”, o vitorioso presidente Obama, no auge do exercício de seu segundo mandato, reconhecidamente conseguiu provar, de forma, no mínimo, surpreendente, ser capaz de tornar realidade o que parecia simplesmente impossível.

Após exonerar duas das poucas mentes pensantes de seu governo — o secretário de Defesa republicano

Robert Gates (2006-2011) e a secretária de Estado democrata Hilary Clinton (2009-2013) —, OBAMA parece estar prestes a ultrapassar seu maior rival em “desastres de política externa”, o ex-presidente Jimmy Carter (1976-80), com a inimaginável possibilidade de lograr ressuscitar o que parecia completa e definitivamente sepultado nos últimos anos do século XX: o fantasma da Guerra Fria.

Numa clara e renovada demonstração de que seus mais veementes críticos tinham plena razão, um ainda despreparado e imaturo presidente — desafiando lições elementares de geopolítica — simplesmente resolveu embarcar em uma “armadilha” de incentivar a derrubada de um presidente eleito democraticamente em uma ex-república soviética, habitada por cerca de 10 milhões de russos (mais de 20% da população) — a Ucrânia —, absolutamente estratégica para a sobrevivência das naturais aspirações da legítima herdeira do muito que ainda restou do poder nacional da outrora União Soviética.

A irresponsável aventura — cuja pronta resposta russa, com a imediata anexação da estratégica região autônoma da Criméia (pertencente à mesma até 1954), e uma mobilização militar fronteiriça sem precedentes, parece ter surpreendido por completo seus principais assessores — destruiu, na prática, o que restava da frágil liderança estadunidense, deixando o presidente da maior potência econômico-militar do planeta simplesmente sem possibilidades reais de uma resposta convincente, salvo a gradativa implementação de perigosas sanções econômicas que podem conduzir a Rússia a uma nova (e até então impensável) confrontação bipolar.

Ademais, o presidente Obama parece estar prestes a enterrar o pouco da credibilidade norte-americana (a duras penas conquistada pela secretária Clinton, quando, em seu encontro com o secretário Sergei Lavrov (2009), propôs um “reset” nas relações russo-americanas), extremamente abalada pelos inúmeros compromissos, pós-guerra fria, que simplesmente deixaram de ser cumpridos, especialmente a promessa de que não haveria expansão da OTAN sobre os antigos integrantes do Pacto de Varsóvia e que, em nenhuma hipótese, seriam estacionadas forças militares em território da antiga Alemanha Oriental (condição acordada para a pacífica unificação da Alemanha) ou em países integrantes da antiga URSS.

Passados anos, após anos, as queixas de Moscou, parecem legitimar-se não somente pelas promessas vagas do passado, mas fundamentalmente pela insistência ocidental em instalar mísseis antibalísticos na Polônia, como ainda pelo desdobramento de forças da aliança militar ocidental até mesmo nos países bálticos fronteiriços à Rússia. Neste sentido, parece que o Kremlim resolveu estabelecer uma verdadeira “linha vermelha” na Ucrânia, o que simplesmente não pode ser ignorado, considerando ser a Rússia a segunda potência militar do planeta, dispondo de mais de 2.000 ogivas nucleares estratégicas, além de 5.000 ogivas de alcance intermediário.

É hora de os EUA entenderem que, como incontestes vencedores da Guerra Fria, não podem, sob esta singela premissa, simplesmente humilhar o derrotado, que — apesar de seu substancial declínio de poder nacional — continua dispondo de um formidável poder nuclear de alcance global, ainda capaz de levar o mundo para a pré-história civilizatória.

Permitir um segundo *round* a uma potência derrotada por *pontos* e não por *nocaut*, revela-se não somente insensato, como “joga por terra” todas as grandes conquistas — baseadas na *cooperação* e não no *confronto* —, que nos permitiram os mais diversos e importantes acordos e compromissos internacionais, tais como os de redução e monitoramento dos arsenais nucleares, segurança e não proliferação, ações conjuntas em relação ao Irã, além da luta comum contra o terrorismo internacional.

⁴ **As guerras contra o terror global.** Outro contundente exemplo de restrita (ou mesmo insignificante) cooperação aliada para com os EUA encontra-se representada através das chamadas *guerras globais contra o terror*, como por exemplo o Conflito no Afeganistão.

De forma muito distinta da aliança militar que libertou o Kuwait na Guerra do Golfo de 1991 (ocasião em que os custos econômicos e também militares foram muito bem distribuídos entre os membros da coalizão, representando, neste sentido, muito provavelmente, a única exceção pós-Segunda Guerra Mundial), nenhum outro conflito possuiu uma justa divisão de custo entre os países interessados (e beneficiados) com a respectiva intervenção militar.

Muito pelo contrário, os custos (sejam financeiros ou computados em perdas de vidas humanas) sempre

foram (desproporcionalmente) suportados pelos EUA, em detrimento de seus aliados, caracterizando uma verdadeira *assimetria dissonante*, que não possui qualquer justificativa plausível.

Como muito bem afirmou o presidente Donald Trump, durante sua campanha eleitoral, não é minimamente razoável que os EUA tenham que suportar mais de 95% do montante de quase um trilhão de dólares despendidos na Guerra do Afeganistão (além de um percentual equivalente de soldados), quando a ameaça terrorista representada por aquele centro de poder ameaça de forma global todos os países do mundo e, em particular, os aliados norte-americanos, que pouco participaram (financeira ou militarmente) deste conflito.

⁵ **A Rússia ressurgente.** Não obstante a crise econômica que, em muitos aspectos, abala os alicerces da herdeira da antiga União Soviética, mormente em decorrência da oscilação para baixo dos preços do petróleo, a partir de 2013, a Rússia de Vladimir Putin constitui-se, em última análise, em uma potência *ressurgente*. Ostentando o título de segunda força militar do planeta, Moscou tem investido maciçamente na modernização de seus exércitos, com o fito de assegurar uma revisada projeção de sua influência política, especialmente sobre a Europa e parte do Oriente Médio (Síria e Irã).

⁶ **A crise de liderança (e de prestígio político) estadunidense.** *Liderança política*, ao lado do desenvolvimento de uma *estratégia nacional* adequada e de uma efetiva *determinação governamental*, se afirmam, sem a menor sombra de dúvida, *elementos* fundamentais para o sustentável e contínuo desenvolvimento de qualquer *sociedade estatal* moderna.

Embora seja cediço reconhecer que o fator *liderança*, isoladamente considerado, não se encontre diretamente associado ao fenômeno do relativo declínio do poder perceptível de uma nação, não há qualquer divergência entre os estudiosos do tema no sentido de que a *manifestação de seus efeitos*, todavia, esteja umbilicalmente vinculada à relativa ausência de uma sinérgica *liderança*.

Aliás, é a própria *história* que se encarrega de, muito claramente, demonstrar, com maestria, a plena validade dessa *assertiva*, visto que, em várias situações perfeitamente delineadas no espaço-tempo compreendido entre a segunda metade do século XX e o primeiro decênio deste século, a *passividade*, aliada a uma comprometedora ausência de *firmeza de propósitos* bem como de uma necessária *condução diligente* relativa aos rumos dos acontecimentos, nos mais variados cenários internacionais, conduziu irremediavelmente aos mais diversos *insucessos* (e até mesmo a autênticos *desastres*) nos confrontos, diretos ou indiretos, de natureza política, econômica e também bélica, que a humanidade se viu obrigada a testemunhar.

A absoluta correção, bem como nítida clareza, da presente afirmativa também se demonstra pelo excessivo *prolongamento temporal* de conflitos, inclusive militares, que se estabelecem, como natural efeito consequente, da nítida ausência de *liderança política* perfeitamente observável em episódios selecionados, permitindo, destarte, a inexorável exteriorização dos indesejáveis efeitos do que convencionamos denominar de *assimetria reversa*, com todas as suas nefastas consequências.

Por outro prisma, necessário afirmar que *liderança* não implica falta de *equilíbrio* e de *serenidade*; muito pelo contrário, *liderança* revela a necessária *inteligência* e *sabedoria* de se ter a plena consciência da *oportunidade* e da *conveniência* quanto ao adequado emprego eficiente dos quatro *elementos básicos do Poder Nacional* disponíveis (militar, econômico, político e psicossocial), respondendo, em cada momento, com necessária *firmeza*, aos mais diversos *desafios* na exata medida em que os mesmos se apresentam.

Nesse sentido, não faltam episódios pontuais (ou mesmo distendidos temporalmente) em que restam evidentes o nítido declínio do *poderio relativo* dos EUA por ação direta de uma observável ausência de uma consistente e firme *liderança política*.

Talvez os mais contundentes exemplos históricos de sinérgica ausência de *liderança política* tenham sido observados nos contextos dos governos Harry Truman (1945-1953: administração presidencial em que se observou o menor *índice de aprovação* de um presidente em toda a história dos EUA — 22% —, obrigando-o a declinar de sua indicação para um segundo mandato, e na qual se inaugurou a concepção de “guerra limitada”, que não somente conduziu à ascensão chinesa no cenário internacional, como a um humilhante “empate técnico” no conflito coreano ao preço de 33.686 baixas norte-americanas no campo

de batalha); John Kennedy / Robert Kennedy / McNamara (1961-1963: arquitetos da consolidação de Cuba como polo irradiador da subversão internacional, como bem assim da própria vitória cubana na chamada “Crise dos Mísseis de 1962”); Lyndon B. Johnson / McNamara (1963-1969: principal responsável pelo desastroso envolvimento americano no Vietnã e a consequente derrota naquele conflito, em 1975, durante a administração Nixon); e Jimmy Carter (1976-1980: protagonista do momento histórico em que — após a derrota norte-americana no Vietnã, 1975; o início da insurreição na América Central, final da década de 70; a expansão soviético-cubana na África, 1976-82; a queda do Xá do Irã e a instalação do regime islâmico, 1979-80; bem como a humilhante situação dos diplomatas-reféns na Embaixada dos EUA em Teerã — a outrora imbatível superpotência estadunidense manifestou seus primeiros sinais de exaustão econômica, em relação à emergência dos chamados *Tigres Asiáticos*, em particular do Japão, e militar, em face da outrora magnitude e robustez, ainda que para alguns meramente aparente, do poderio bélico soviético).

Tal como nos dias atuais, vale mencionar que a *irreversibilidade do declínio do poderio relativo norte-americano* era, à época, anunciada aos *quatro ventos*, sendo certo que, muito provavelmente, tal *tendência* somente foi revertida com a “renascença nacional”, defendida, com notável veemência por Ronald Reagan, que, ao final de seu período governamental de 12 anos (oito anos de administração Reagan e quatro de administração de seu vice-presidente George Bush), simplesmente logrou exorcizar a ameaça econômica japonesa, e, especialmente, e de forma absolutamente sem precedentes, neutralizar o supostamente imbatível adversário da Guerra Fria, com a decretação do fim da União Soviética.

Neste sentido, resta consignar que a nova ameaça à retomada da hegemonia estadunidense, bem como a correspondente *monopolaridade* estabelecida desde 1991 — em decorrência do ocaso do poderio militar soviético e da exaustão da ameaça econômica japonesa —, repousa, muito mais do que qualquer questão relativa à sua *economia* ou ao próprio *dinamismo de seu parque industrial*, na ressentida *ausência de líderes* capazes de conduzir o povo estadunidense à plena realização de suas aspirações fundamentais.

Trata-se, na hipótese vertente, de uma histórica falta de *líderes verdadeiros* — que não se confundem com simples *administradores nacionais* —, que não somente busquem refletir a grandeza da nação, que se forjou, ao longo de sua história, com nítidas aspirações de grandeza, reafirmando, desta feita, os grandes ideais da *Revolução Americana* (a mesma que, em grande medida, foi “copiada” pelos povos europeus muito mais antigos, particularmente os franceses, com sua revolução, em 1789), mas, igualmente, que sejam inspiradores de uma permanente *reinterpretação* dos valores democráticos em natural evolução.

Destarte, o que mais aflige a América é, sem dúvida, a absoluta carência de *presidentes* que se mostraram, no período em que residiram na Casa Branca, verdadeiros líderes e que, a seu tempo, lograram mudar a face do país, conduzindo (ou reconduzindo) os destinos da nação e projetando efetivamente o poder nacional estadunidense no cenário internacional. Líderes da estirpe de Abraham Lincoln (1861-1865: que se afirmou com a vitória na Guerra de Secessão e na consequente manutenção da integridade territorial dos EUA, com a abolição da escravidão e com a imposição do processo de industrialização), Woodrow Wilson (1913-1921: que logrou encerrar a Primeira Guerra Mundial com uma retumbante vitória norte-americana), Franklin Roosevelt (1933-1945: responsável pela brilhante estratégia que não somente encerrou o ciclo de multipolaridade de poder global, com a vitória na Segunda Guerra Mundial, mas conduziu os EUA a uma posição hegemônica no cenário internacional) e Ronald Reagan (1981-1989: que, através de sua doutrina de *contraforça*, venceu a Guerra Fria, restabelecendo a hegemonia global estadunidense).

Não obstante seja cedo reconhecer, neste diapasão analítico, que tem sido constantemente identificado um verdadeiro *hiato* entre a incontestável capacidade militar atual dos EUA vis-à-vis com o tímido (ainda que consistente) crescimento econômico estadunidense, que, segundo os mais severos críticos, impediria os EUA de, no futuro próximo, ostentar as condições necessárias para a manutenção, no longo prazo, de seu *poder relativo*, vis-à-vis com a alardeada (porém em forte declínio na linha do tempo) ascensão de natureza econômica e sutil (porém sólida e indiscutível) emergência de índole *militar* chinesa, o problema central — não obstante a constatação objetiva de ordem econômica —, continua a ser protagonizado pela *crise de liderança*, ou seja, pela ausência de *comando político* e pela absoluta falta de uma *estratégia nacional*

coerente e corajosa que, com necessária *determinação governamental*, possa conduzir (ou reconduzir) a América ao seu suposto destino de ser e continuar sendo a principal potência político-econômica e militar do planeta.

Curioso observar, neste contexto, a criticável estratégia de Barack Obama, — denotando a sua absoluta ausência de liderança política —, de, em suas palavras, “preparar os EUA para um novo mundo multipolar”, em que a América deixará (de forma aparentemente irreversível, como também se supunha durante o governo Jimmy Carter) de ser a potência dominante e hegemônica.

Por efeito conclusivo, tal como no passado recente, somente restou uma única alternativa viável à nação estadunidense: a conscientização do *povo americano* quanto ao seu lamentável equívoco de ter, reiteradas vezes, conduzido à Presidência da República postulantes a líderes (não obstante toda a sorte de “boas intenções”), reconhecidamente despreparados para a função. E, ao que tudo indica, não obstante as vozes discordantes que se levantam, essa hipótese restou materializada com a eleição de Donald Trump com seu projeto de “reconstrução nacional”, que, muito provavelmente, a exemplo de Reagan, encerrará a atual (e persistente) crise de liderança (e de prestígio político) estadunidense.

⁷ ZHEBIT, Alexander. De volta a Helsinque - quarenta anos depois. **Revista Estudos Políticos**, Vol. 6, n. 2, 2016, p. 547/577.